

anpae



PPGECIM
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

GERENCIALISMO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA A simbiose entre o público e o privado

Nélida Fernanda Inácio da Silva¹
nelida.silva@cedu.ufal.br

Inalda Maria dos Santos²
inaldasatos@uol.com.br

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo perfazer uma discussão sobre o gerencialismo na educação pública, para tanto, é realizada uma aproximação conceitual e uma breve contextualização histórica. Assim, é realizada a apresentação das principais características do gerencialismo de modo geral e em seguida apresentada de forma breve alguns contornos e consequências deste na educação pública. Para tanto, lança-se mão de revisão bibliográfica, de análise documental do PDRAE- Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado, e do exercício de compreensão analítica do que vem a significar a hegemonia do gerencialismo na educação pública. Ao longo da tessitura do texto, percebe-se a relação intrínseca entre a forma de gestão gerencialista e o projeto societário neoliberal.

PALAVRA-CHAVE: Gerencialismo - política pública educacional - educação pública.

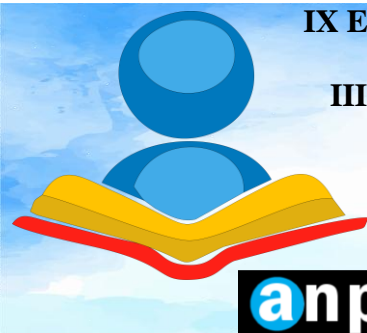
1 INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que a educação carrega marcas do projeto hegemônico em vigência (GRAMSCI, 2008), este texto trava uma discussão sobre a forma de Estado Gerencialista em ascensão a partir do século XX, substanciado pela ideologia neoliberal. Compreende-se com base em Janet Newman e John Clarke (2012) que o gerencialismo é uma forma gestão típica do setor privado que se engendra ideologicamente no setor público, configurando sua estrutura e modo de ser.

O texto busca apresentar de forma breve algumas materialidades do gerencialismo no setor público, algumas delas podem ser percebidas no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado – PDRAE e algumas outras consequências podem ser evidenciadas nas pesquisas de Tânia Bacelar (2003), Oliveira e Menezes (2007), Janet Newman e John Clarke (2012) e Marcelo Silva e Lorena Carvalho (2014).

¹ Pedagoga pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Especialista em Gestão de Políticas Públicas Educacionais pela FACEL e mestranda em educação pelo PPGE- UFAL.

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas.



anpae



PPGE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CEDU - UFAL



PPGECIM
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Dentre algumas consequências dessa transferência da lógica do privado para o público, saltam aos olhos a centralização da gerência e dos processos de execução além da fragmentação da organização da educação pública.

2 OS CONTORNOS DO GERENCIALISMO

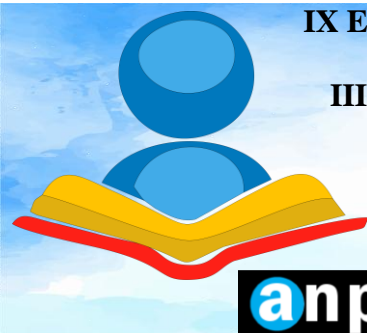
A educação pública brasileira se interrelaciona impreterivelmente com as particularidades de cada período histórico. As políticas educacionais carregam consigo fortes marcas das disputas ideopolíticas que às circundam. Ou, parafraseando Antônio Gramsci (2008), elas carregam as marcas dos projetos que em determinado período da história possuía a hegemonia³ (GRAMSCI, 2008). Dessa forma, as políticas educacionais estão envolta no complexo movimento de relações sociais das disputas de dominação de classe. Isso porque ela encontra-se interligada com a forma de Estado e conseqüentemente com a forma de governo vigente. É o que nos aponta a cientista social e educadora Eloisa Höfling (2001):

As políticas sociais – e a educação – se situam no interior de um tipo particular de Estado. São formas de interferência do Estado, visando a manutenção das relações sociais de determinada formação social. Portanto, assumem “feições” diferentes em diferentes sociedades e diferentes concepções de Estado. É impossível pensar Estado fora de um projeto político e de uma teoria social para a sociedade como um todo. (HÖFLING, 2001, p.31-32).

No atual momento histórico, as políticas educacionais brasileira carregam as marcas de um projeto político neoliberal implementado por um Estado Gerencialista. Ao perfazer uma discussão sobre a reorganização do Estado e suas implicações para o sistema educacional, Álvaro Hypólito (2011) compreende que o Estado Gerencialista surge na metade do século vinte em oposição ao projeto de Estado de Bem-Estar Social, na Europa. Estado Gerencialista tem enquanto pilares os princípios neoliberais (HYPOLITO, 2011).

³ Hegemonia é uma categoria de Gramsci (1999) que designa um complexo de relações vinculadas ao exercício da dominação nas sociedades de classe. Para Gramsci (1999) o exercício da hegemonia é sempre uma relação pedagógica que busca subordinar grupos sociais através da persuasão.

**IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS**



anpae



PPGE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CEDU - UFAL



PPGECIM
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Ao explorar o Gerencialismo enquanto conceito, Janet Newman e John Clarke (2012) caracterizam-o sob três definições. Segundo os autores, Gerencialismo é uma ideologia, uma estrutura e um discurso. É uma ideologia que legitima o poder de gerir em busca de eficiência e se manifesta estruturalmente como forma de organizar o meio em função das metas em torno de cálculos com base na eficiência e na competição, manifesta-se ainda em forma de uma série de discursos que fomentam um modo de ser com enfoque na liderança e na competição (NEWMAN; CLARKE, 2012). Ainda no sentido de caracterização do gerencialismo enquanto conceito, Álvaro Hypólito (2011) contribui para delinear-lo como uma forma de organização da gestão pública:

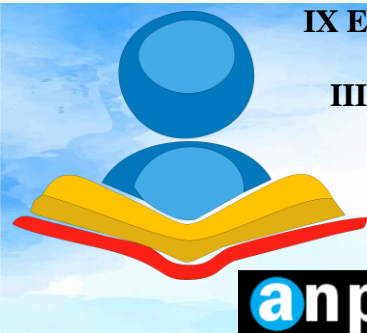
[...] o gerencialismo segue critérios da produtividade, orientação para o cliente, modelos descentralizados, eficiência dos serviços, introdução de mecanismos de mercado na administração pública e programas de responsabilização – accountability – e avaliação, além das parcerias público-privado e do quase-mercado. (HYPOLITO, 2011, p.59)

Assim, considerando que o neoliberalismo é o projeto hegemônico do século XXI, que o gerencialismo é uma de suas formas de materialização da gestão pública do Estado e da educação. É possível compreender que, tanto um quanto o outro, são os que marcam profundamente as estruturas educacionais brasileiras.

A materialização da afirmativa acima se manifesta nas análises de Vera Peroni (2013) em seus estudos sobre as Redefinições das fronteiras entre o público e o privado. Em suas pesquisas, a autora observa que o caráter das reformas da educação pública em diversos países são gerencialista e que por isso tem enquanto principais características a centralização da formulação das políticas educativas e dos processos de decisão sobre o currículo e a avaliação; o alargamento das fontes de financiamento a entidades privadas instituindo formas de regulação de tipo mercantil; o reforço das estruturas de gestão de tipo vertical e concentração de poderes no líder formal (PERONI, 2013).

3 GERENCIALISMO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

**IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS**



anpae



PPGECIM
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

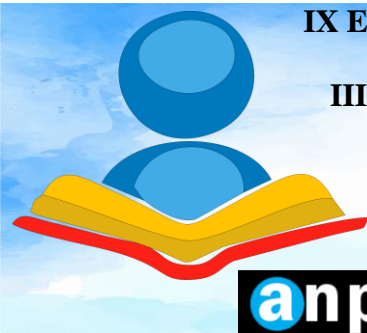
A redefinição das fronteiras entre o público e o privado é um movimento global que apresenta materialidades no Brasil por volta dos anos 90 com a promulgação do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado - PDRAE, elaborado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado, na gestão do ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, em 21 de setembro de 1995. O PDRAE é um documento que legitima o poder de gerir em busca da eficiência, de forma a organizar a estrutura do Estado e implementa o discurso de liderança e competição na gestão pública, definição que assemelha-se à caracterização conceitual supracitada de Newman e Clarke (2012).

Este documento reestrutura do Estado brasileiro em direção às ideologias neoliberais. Ele age de forma a “Limitar a ação do Estado àquelas funções que lhe são próprias, reservando, em princípio, os serviços não-exclusivos para a propriedade pública não-estatal, e a produção de bens e serviços para o mercado para a iniciativa privada.” (BRASIL, 1995,p.45). Dessa forma, a noção de propriedade pública-não estatal é um verdadeiro campo fértil para as parcerias entre o setor público e o privado (PERONI, 2007; ROBERTSON; VERGER, 2012).

Assim, as políticas educacionais e a educação pública são compenetradas pelas ideologias neoliberais, dentre elas o gerencialismo. A gestão gerencialista na educação pública caracteriza-se pela transferência de técnicas de gestão empresarial para o interior das relações de gestão de políticas educacionais e da própria escola. Sobre essas características Sharon Gewirtz e Stephen Ball (2011) salientam que o gerencialismo na educação “está frequentemente articulado a um vocabulário da empresa, excelência, qualidade e eficiência” (GEWIRTZ e BALL, 2011, p.199). Ainda sobre a caracterização sobre o gerencialismo na educação, é possível observar uma aproximação de análise entre Gewirtz e Ball (2011) e Vera Peroni (2013), quando a autora compreender que o referencial político-ideológico do gerencialismo contém:

[...] elementos da cultura e o *ethos* de tipo empresarial; a defesa da privatização, seja em sentido pleno ou como modo de gestão a introduzir nas organizações públicas, designadamente através da criação de mercados internos no seu seio; o elogio da liderança individual e da respectiva visão e projeto, como expressão do direito de gerir, da livre iniciativa e do empreendedorismo na administração pública; a eficácia e a eficiência definidas segundo a racionalidade econômica; a livre escolha, em ambiente de mercado ou quase mercado competitivo, num quadro de referência que coloca o cliente e o consumidor no centro das opções consideradas racionais; a

**IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS**



anpae



PPGE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CEDU - UFAL



PPGECIM
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

clareza da missão da organização e a definição objetiva e passível de mensuração dos seus objetivos, escrutináveis através de complexos e rigorosos processos de avaliação (PERONI,2013, p.67- 68).

Esses padrões gerenciais de gestão das políticas públicas, manifestados através da cultura empresarial, mercado interno, liderança individual, dentro outros apontados acima, desconfigura a da educação pública, elas “estão mudando de modo profundo a área de conhecimento da educação” (BACELAR, 2003). Ainda no sentido de evidências tais mudanças, Oliveira e Menezes (2007) analisam o campo da gestão escolar e destacam que nos países da América Latina as agências de financiamento como o Banco Mundial tiveram papel primordial nos ajustes estruturais na educação, ou seja, trata-se de um movimento que extrapola as fronteiras nacionais, é assim, um movimento global.

Dentre as diversas consequências do gerencialismo na educação pública, é possível observar, a partir da análise realizada por Marcelo Silva e Lorena Carvalho (2014), a limitação do espaço de participação mediante a centralização da gerência e do processo de execução (DA SILVA; CARVALHO, 2014). Os autores destacam ainda burocratização, padronização e fragmentação da organização da educação pública.

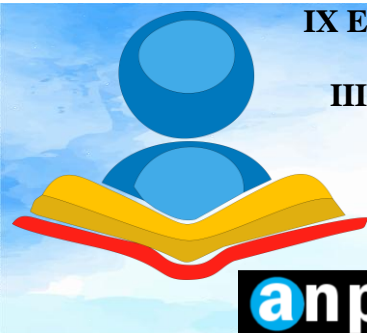
Essa perspectiva gerencial conduz a gestão da educação e a busca da qualidade no campo educativo para os limites de uma perspectiva reducionista dos processos educativos, não dialogada com a formação integral do indivíduo, voltada para a construção e exercício da cidadania e da autonomia (DA SILVA; CARVALHO, 2014, p.235).

Por fim, é possível observar que o gerencialismo na educação pública é mais um elemento de transposição das fronteiras entre o público e o privado. Nessa lógica o cidadão é cliente, a equipe gestora é executora, o orçamento cada vez menos de responsabilidade do Estado e a educação pública é cada vez mais ditada pela ideologia do setor privado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O gerencialismo na educação pública engendra conceitos-chave que deturpam o real sentido da educação pública. O estudante torna-se cliente, a equipe gestora fragmenta-se dificultando os processos de gestão democrática, a criação de mercados internos da área da

IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS



anpae



PPGE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CEDU - UFAL



PPGECIM
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática



educação confunde as fronteiras entre o que é público e o que pertence ao setor privado, a competição entre os docentes e as escolas, com base em índices e avaliações quantitativas, escamoteiam o avanço de uma educação voltada para o desenvolvimento pleno do ser humano.

Nesse sentido, essa simbiose entre o público e o privado manifestada na forma gerencialista de gestão da educação pública demonstra cooperar com o projeto hegemônico do setor privado. Esse movimento simbiótico amplia o privado enquanto os princípios e objetivos do público se encolhem.

REFERÊNCIAS

BACELAR, Tânia. **As Políticas Públicas no Brasil**: heranças, tendências e desafios. Políticas Públicas e Gestão Local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, p. 01-10, 2003.

BORGES, André. **Lições de reformas da gestão educacional**: Brasil, EUA e Grã-Bretanha. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 78-89, jul./set. 2004.

BRASIL, Presidência da República. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado. **Ministério da Administração Federal** e Reforma do Estado. 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/>>. Acesso em: 1 Set. 2019.

BRASIL, Constituição da República Federal do Brasil. Brasília, DF: **Senado Federal**, 1988.

DA SILVA, Marcelo Soares Pereira; CARVALHO, Lorena Sousa. **Faces do gerencialismo em educação no contexto da nova gestão pública**. Revista Educação em Questão, v. 50, n. 36, p. 211-239, 2014.

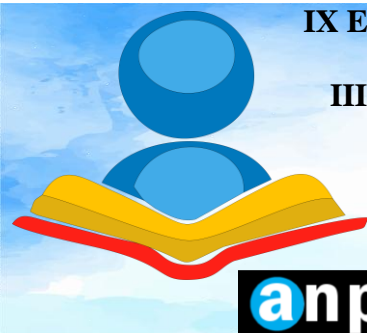
GEWIRTZ, Sharon; BALL, Stephen J. **Do modelo de gestão do “Bem-Estar Social” ao “novo gerencialismo”**: mudanças discursivas sobre gestão escolar no mercado educacional. Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, p. 193-221, 2011.

GRAMSCI, A. **Americanismo e fordismo**. São Paulo: Hedra, 2008.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Editora Record, 1999.

HÖFLING, E.. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos Cedes, 2001.

**IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS**



anpae



PPGECIM
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Reorganização gerencialista da escola e trabalho docente.** Educação: Teoria e prática, v. 21, n. 38, p. 59-78, 2011.

NEWMAN, Janet; CLARKE, John. **Gerencialismo.** Educação & Realidade, v. 37, n. 2, p. 353-381, 2012.

OLIVEIRA, Ivana Campos; MENEZES, Iône Vasques. **Revisão de literatura: o conceito de gestão escolar.** Cadernos de Pesquisa, v. 48, n. 169, p. 876-900, 2018.

PERONI, V. M. V. **Reforma do Estado e a tensão entre o público e o privado.** Revista SIMPE-RS, Porto Alegre, p. 11-33, 2007.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação.** Brasília: Liber Livro, 2013.

ROBERTSON, S.; VERGER, A.. **A origem das parcerias público-privada na governança global da educação.** Educação & Sociedade, v. 33, n. 121, 2012.